

Calamidade e dívida moral: de Chissano aos intelectuais

por António Francisco*

(A propósito da crítica do Professor Carlos Serra
ao artigo do Professor Boaventura de Sousa
Santos)

Gostaria de pensar que a crítica do meu colega Professor Carlos Serra, ao artigo do Professor Boaventura de Sousa Santos,** foi motivada por uma postura intelectual e patriótica genuína. Mas é o próprio argumento do Professor Serra que suscita uma dupla suspeita. Por um lado, o seu argumento apresenta-se ancorado a uma pseudo moçambicanidade gregária que, muito claramente, não partilho. Na verdade, incomoda-me que um meu colega intelectual se arrogue do direito de apresentar-se como porta-voz dessa já muito desgastada entidade social que é o 'todos nós', presumivelmente todos os moçambicanos. Por outro lado, não se percebe bem a motivação da deselegante alegação que a postura do Professor Boaventura esteja 'contaminada pelas intenções imperiais' de 'nos ditar regras, morais ou não'. Se realmente não foi movido por motivos mesquinhos, sinto-me forçado a pensar que o Professor Serra duvida da sinceridade do Professor Boaventura e tem um sentido de dignidade moral diferente de muitos que incluiu no referido 'todos nós'.

Que exemplo de dignidade e ética poderia estar por de trás duma postura de devedor que, para além de mau pagador convertido em militante de pedidos incondicionais de perdão da sua dívida, ainda quer arrogar-se do direito de ser quem deve ditar as regras aos seus credores?

Infelizmente, Moçambique já foi muitas vezes vítima dum orgulho mesquinho e quixotesco. Basta lembrar, por exemplo, o tempo em que se gritava na Praça da Independência: 'Que venham!'. O problema foi quando responderam ao desafio e vieram mesmo. Vieram, passearam impunemente pelas ruas da Capital, até mataram um casal em pleno Bairro da Polana, ali bem pertinho da Ponta Vermelha, e quando o exército e a polícia deram conta do *raid* já os atacantes estavam do outro lado da fronteira, a assistir pela TV, enquanto do lado de cá os moçambicanos cogitavam em surdina: 'como é que entraram e saíram impunemente?'

Agora, os tempos são outros, sem dúvida. Mas só faltava que o imaginário 'todos nós' embarcasse numa romaria de apelos ao Presidente da República para que tire uma de *macho man* e manifeste uma astúcia provinciana de novo tipo. Por exemplo, uma manifestação condimentada com aquela já longínqua palavra de ordem de 'contar com as nossa próprias forças', mas adaptada à actual economia de mercado e à famigerada globalização. Então, em vez do Presidente Chissano pôr-nos a repetir o desafio 'Que venham!', deveria incitar-nos a gritar aos credores imperiais: 'Que vão...!'

Mesmo que o Professor Serra tivesse razões justificadas para repudiar a alegada intenção imperial, melhor seria que tivesse aproveitado o espaço que ocupou do Savana para exaltar reacções de dignidade sem dúvida muito mais construtivas, virtuosas e merecedoras da atenção pública. Refiro-me,

* Professor Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

** Publicado na revista 'Visão' de 9.3.1999 e reproduzido no Savana de 10 do mesmo mês.

especificamente, à visão de dignidade moral que está por de trás da recusa do Presidente Chissano em pedir perdão total da dívida externa, desta vez por causa das recentes cheias que assolaram as províncias do Sul e Centro de Moçambique.

O Semanário Popular N.º 103 reportou a posição do Presidente da República: 'Respondendo a uma pergunta dos jornalistas', para Chissano, "todo o perdão da dívida pública é bem-vinda", mas "não a troco da ajuda de emergência". Contra, já se manifestou o deputado da Renamo-UE, Dr. Máximo Dias: 'Eu não compreendo como é que o chefe de Estado diz uma coisa destas'. Dizer que são assuntos dissociados, insistiu o Dr. Máximo Dias, 'que mais associação quer o chefe de Estado se nós temos a dívida pública por causa da desgraça, da pobreza, no nosso País?'

É verdade. Motivos não faltam para mais se pedir e repedir o perdão da dívida pública aos credores. O problema é quando tais motivos existiram em demasia no passado, existem de sobra no presente, e irão continuar ainda a existir no futuro. 'Outra vez? Até quando?', podemos imaginar alguns dos credores ripostar, quer seja porque nem tempo têm para assistir através da CNN às notícias sobre as calamidades em Moçambique, quer porque a tragédia dos outros só os comove quando não fazem parte do seu role de devedores.

Espero que não me engane. Mas estou em crer que a postura do Presidente Chissano granjeará mais credibilidade e simpatia entre os credores de Moçambique, se não mesmo, mais iniciativas de perdão da dívida do que aconteceria se convocasse uma conferencia de imprensa para, sem mesmo precisar de estender a mão, dizer: 'Estou a pedir ... perdão!'.

Nem todos os pobres precisam de se converter em pedintes. Aliás, coitados dos próprios pedintes se os pobres passassem a investir na bolsa de valores da sua pobreza. Então é que não valia mesmo a pena sonhar com o fim da pobreza. Claro, é certamente fácil de ver que o Presidente Chissano está longe de viver na pobreza absoluta, ou seja abaixo dos cerca de 5.400,00 MTs por pessoa e por dia. Mas se a luta contra a pobreza tivesse que ser encabeçada pelo mais pobre dos pobres moçambicanos, o mais certo é que a pobreza aumentasse e nunca diminuísse. A postura do Presidente Chissano fez-me recordar uma frase que nunca mais esqueci: 'Antes escravo do que pedinte. Enquanto o primeiro se liberta, o segundo perde-se'.

Existem duas outras dimensões importantes que emergem da visão estratégica que está por de trás da recusa do Presidente Chissano em pedir o perdão total da dívida. Uma dessas dimensões é importante para o consumo interno. Imagine-se o Presidente da República vir a público, de quando em vez, apelar ao perdão total e incondicional da dívida externa. Para além do ridículo, do qual um Presidente sempre se deve proteger, de certeza que iria deixar o sector financeiro nacional perturbado, a começar pelo próprio Banco de Moçambique. Candidatos a HIPC's nacionais não faltam, mesmo se não existirem programas de tal tipo em oferta; basta consultar o sector bancária sobre o montante do crédito malparado.

Não foi por acaso que em Julho passado o administrador do Banco de Moçambique, Dr. António Pinto de Abreu, teve grande cuidado em não ser visto como um membro do Grupo Moçambicano da Dívida (GMD). 'Respeito com bastante patriotismo o posicionamento do Grupo Moçambicano da Dívida', declarou Abreu ao Inquérito do Jornal Notícias intitulado: 'o que pensa do perdão da dívida externa de Moçambique?',

entretanto, insisto que a redução ou eliminação do 'stock' da dívida não é um fim. Tem que ser encarado como um instrumento para alcançarmos os objectivos de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento económico robusto e duradouro (Abreu, *Noticias* de 2.07.1999).

O administrador Abreu acrescentou ainda que a sociedade civil tem a sua sensibilidade, 'mas pessoalmente, como funcionário do sistema financeiro, julgo que não devemos cultivar a cultura de não pagamento e de não se honrar os nossos compromissos.' Bem, aqui há um tropeção no argumento que parece desnecessário. Se apenas aos funcionários do sistema financeiro se deve exigir rigor e seriedade no cumprimento dos compromissos, ou a banca vai ficar com crédito a mais ou o crédito malparado irá aumentar. De qualquer forma, a posição do administrador Abreu parece apenas sugerir que faseamento é inevitável. E, claro, no tocante aos compromissos relativos à dívida externa, o administrador Abreu não deixou dúvidas: 'Devemos assumi-los e, isso significa dialogar e discutir com os nossos credores as melhores formas de honrar os nossos compromissos'.

Se o Professor Serra realmente apreciasse a atitude do Professor Boaventura, 'por se integrar na cruzada da abolição da dívida moçambicana', não perderia tempo à procura de subtilezas para ataques desnecessários, como fez ao acusá-lo de estar a querer 'ditar as regras do pacto que propõe, exigindo que se esteja de atalaia contra a corrupção política interna aliada à burocracia externa'. Ou, noutra passagem, que o Professor Boaventura 'não tem o direito de aqui só encontrar corruptos e, internacionalmente, belo eufemismo, só burocratas'.

No contexto em questão, em que é que a denúncia dos corruptos nos países e organismos credores poderia contribuir para a redução da dívida que Moçambique tem realmente contraído? Pelo contrário, se entre alguns dos corruptos entre os burocratas externos tomam as rédeas de certas decisões, o pior que poderá acontecer-nos, ao queremos denunciá-los, é que a dívida seja agravada em vez de perdoada.

Em vez de exigir que o Professor Boaventura assuma 'a dívida moral de não nos humilhar', é pena que o Professor Serra tenha desperdiçado esta oportunidade para manifestar uma atitude de verdadeira humildade intelectual e moral. É que ser-se humilde e agradecido, para além de ficar bem, não pressupõe ajoelhar-se ou bajular. O agradecimento sincero e oportuno é, e será sempre, um acto desajoelhado, naquele sentido do poeta Craveirinha: estar de joelhos desajoelhado. É este o limite para além do qual o Presidente Chissano parece não aceitar descer. E, neste caso, o Professor Boaventura, como cidadão dum dos países credores que certamente tem os seus impostos em dia, nem tão pouco estava a exigir que pessoas como o Professor Serra não ficassem perdoadas da porção da dívida que lhes cabe ... como cidadãos.

Felizmente, como já revelei acima, há bons motivos para que não precise de terminar este comentário num tom azedo e negativo. Desconheço se o Presidente Chissano já recebeu algum fax a exigir-lhe que assuma o compromisso pela dívida moral, no sentido proposto pelo Professor Boaventura: 'que os fundos libertados sejam aplicados nas tarefas do desenvolvimento que permitam pôr fim às calamidades da pobreza absoluta e do SIDA'. Curiosamente, poder-se-ia mesmo argumentar que, em parte, o Presidente Chissano até já se tinha antecipado à exigência do Professor Boaventura. A 15 de Janeiro passado, por ocasião da sua (re)investidura como Presidente da República, Chissano comprometeu-se a 'assegurar a realização dos objectivos do desenvolvimento económico e social do povo', com particular incidência para o combate à pobreza absoluta e ao SIDA.

Ainda em Janeiro passado, o Presidente Chissano também identificou a corrupção como uma das prioridades na sua agenda. Duvido que o Professor Serra não saiba, ou disputa o direito dos credores exigirem que o dinheiro que dão seja devidamente gasto, simplesmente porque nos seus países têm, talvez, os seus grandes corruptos. Pela mesma lógica, em vez do Presidente Chissano se

comprometer a combater a corrupção, será que devia manda-la bambolear-se e esperar pela ajuda externa, na Sala VIP do aeroporto internacional, em vez de ficar a passear-se pela sociedade toda com ar de donzela mais barata do que as dos países credores?

Como é que o Presidente irá pagar, na prática e com actos visíveis, a dívida moral que recentemente alguns credores têm estado a atribuir-lhe, em troca da dívida financeira, só o tempo dirá. E se cada moçambicano não der a sua modesta contribuição para ajudar o Presidente Chissano a começar, desde já, a pagar a dívida moral que Moçambique deverá mesmo pagar, só nos restará uma alternativa: rezar para que os credores não se fartem de nós e decidam reconverter a dívida moral em dívida financeira. Aí sim, até mesmo o Professor Serra, terá que rezar, mesmo que permaneça ateu.

Estou convencido que só posturas como a do Presidente Chissano poderão contribuir para uma verdadeira redução da pobreza. Independentemente da filiação partidária, há que reconhecer a virtude desta posição estratégica, por se concentrar na finalidade principal e no destino mais longínquo, sem que com isso se ignore percalços, como neste caso as cheias, na jornada do desenvolvimento.

E que mais dizer sobre posições como as do Professor Serra? Também prefiro acreditar que, pelo menos deixarão de se fazer passar por porta-vozes do 'todos nós'. Assim, não teremos que protestar que estão a envergonhar a dignidade, da ainda débil intelectualidade moçambicana, com um orgulho mesquinho... e mal agradecido.